

ARTIGO

A CIDADE COMO UM NOVO ESPAÇO PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA¹

Alfredo Alejandro Gugliano²

RESUMO: Neste trabalho considero que um dos aspectos mais interessantes da globalização é a possibilidade de que ocorra um fortalecimento administrativo das cidades, fato especialmente relevante para a discussão sobre o papel dos cidadãos na gestão pública. Para tratar deste tema sugiro inicialmente uma reflexão sobre a relação entre globalização e democracia; a partir disto sublinho as interações entre poder local e cidadania e finalizo enfatizando alguns elementos sobre as possíveis contribuições dos assistentes sociais neste processo.

PALAVRAS-CHAVE: cidadania; cidade; democracia; globalização; poder local; serviço social; solidariedade; terceiro setor.

1. INTRODUÇÃO

Considerar a cidade como um novo espaço para a construção da cidadania não significa que sua relação com a cidadania seja algo novo, mas que diante das mudanças na esfera nacional e internacional geradas pelo fenômeno da globalização, a cidade passa a representar a possibilidade de abertura de novos horizontes para o desenvolvimento da cidadania. Sobre este tema vários aspectos vêm sendo debatidos e inclusive existe a generalização de que a globalização, por ser um elemento de destruturação do Estado, acabaria sendo um empecilho à eficiente administração do espaço municipal.

¹ Este texto originalmente foi aceito para apresentação no VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Não obstante, o trabalho não foi apresentado devido a que, alguns dias antes do Congresso, o mesmo foi retirado do Grupo de Trabalho onde havia sido aceito pela Comissão Organizadora do evento sob a alegação de que o autor, apesar de ser professor e pesquisador de uma Escola de Serviço Social, não sendo assistente social, não poderia apresentar sua pesquisa no evento.

² Professor do Mestrado em Desenvolvimento Social da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas (UCPel). E-mail: aag@phoenix.ucpel.tche.br

Neste trabalho busco contestar esta caracterização porque considero que um dos aspectos mais interessantes da globalização é que permite de que ocorra um fortalecimento administrativo das cidades, fato especialmente relevante para a discussão sobre o papel dos cidadãos na gestão pública.

Para tratar disto tema sugiro inicialmente uma reflexão sobre as relações entre globalização, democracia e cidadania, como elementos centrais para pensar o redimensionamento das cidades neste final de século. A partir disto sublinho a contribuição de algumas experiências recentes de participação popular municipal, em concreto Montevideu (Uruguai) e Porto Alegre (Brasil), à transição de um modelo liberal de democracia, centrado no processo eleitoral, para outro modelo de democracia participativa, centrado na concepção de poder local. Para concluir sugiro alguns elementos sobre as possíveis contribuições dos assistentes sociais no processo de democratização das cidades que vem ocorrendo neste final de século.

2. GLOBALIZAÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA

A globalização é atualmente um tema fundamental nas ciências sociais pois representa o eixo central a partir do qual são definidas as políticas dos mais importantes países do planeta. Entre suas principais características destacam-se a valorização do mercado em detrimento dos Estados nacionais, a agilização e desregulamentação progressiva do comércio internacional e a formação de blocos transnacionais regionais³.

É interessante que em geral a globalização é tratada como um fenômeno que afeta as nações e suas relações internacionais, discutindo-se em menor escala suas conseqüências em outras esferas da vida social. Neste sentido existe uma considerável elaboração sobre as conseqüências da globalização nas economias nacionais, nas estruturas políticas, etc., mas só recentemente tem-se escrito sobre as conseqüências da globalização na organização da vida cotidiana, na relação entre os gêneros ou na gestão

³ Por uma questão de espaço não abordarei aqui o conjunto de elementos que considero como componentes fundamentais da globalização. Sobre isto existe uma vasta literatura e minha opinião poderá ser encontrada com maior detalhamento em: Gugliano 1997a e 1998.

das cidades.

Sobre este último tema cabe enfatizar que a desestruturação do poder estatal nacional não vem sendo acompanhada pela respectiva decomposição do poder municipal ou regional. Muito longe disto, o que se está vendo é que gradualmente estas estruturas vêm substituindo as instâncias nacionais na mediação direta, não só com importantes organismos internacionais (ONU, UNESCO, BIRD, etc.), como também com empresas multinacionais e investidores estrangeiros. Este é um fenômeno relativamente novo que vem ocorrendo por todas as partes e, no Brasil, expressa-se através das disputas entre governadores e prefeitos por buscar recursos internacionais, fundamentalmente através da instalação de unidades produtivas de empresas multinacionais, com o fim de encaminhar políticas ambientais, melhorar as infra-estruturas, implantar complexos industriais em suas cidades ou regiões, etc⁴.

O fortalecimento das cidades como novos pólos de atração de capital (Harvey, 1996) é uma das mais destacadas conseqüências da globalização pois representa o aumento de seu poder político e econômico na esfera nacional e internacional.

Na atual conjuntura as cidades passam a ser mais importantes não só pelo espaço urbano no qual se situam mas, principalmente, porque a implementação de determinadas políticas por parte dos governos municipais pode vir a cumprir um papel estratégico para o desenvolvimento ou não de investimentos financeiros multinacionais.

Uma das conseqüências deste processo, que é bem conhecida, diz respeito às privatizações e aos estímulos dos mais diferentes tipos para agilizar o ingresso de capital estrangeiro no país. Não obstante, tão importante quanto isto é que este fenômeno abre um espaço considerável para a inovação das formas tradicionais de gestão e democratização dos espaços públicos.

Como conseqüência de todo este processo aos poucos as cidades vão ocupando o espaço que os Estados nacionais perderam frente ao avanço das relações de mercado internacionalizadas. Este é um fenômeno cada vez mais importante pois a globalização gera uma situação na qual,

⁴ Especialmente nos países periféricos existe uma verdadeira “guerra fiscal” por quem abre mão do maior número de impostos com o fim de oferecer condições mais “atrativas” para o ingresso do capital externo.

“(…) os Estados nacionais são demasiado pequenos para controlar e dirigir os fluxos globais de poder, riqueza e tecnologia (...), e demasiado grandes para representar a pluralidade de interesses sociais e identidades culturais da sociedade, perdendo assim legitimidade, tanto como instituições representativas, quanto como organizações eficientes.” (Borja et Castells, 1997, p.18)

Portanto, estas alterações na esfera nacional e internacional, que muitas vezes são tratadas como fenômenos eminentemente econômicos, também provocaram mudanças na esfera da organização política. Até o presente momento estas transformações foram monopolizadas pela aplicação de políticas neoliberais e o aumento da exclusão social, porém é inquestionável que os horizontes que podem se abrir com o enfraquecimento das fronteiras nacionais são significativos, já que esta abertura não só pode vir a representar a ampliação da livre circulação de mercadorias como também a possibilidade de construir um novo tipo de Estado.

A esse respeito, deve-se observar que vivemos hoje uma situação na qual o Estado vem sendo questionado por aquilo que sempre foi um dos elementos centrais de sua natureza: sua capacidade de centralização política e sua delimitação de um espaço territorial e cultural bem definido. Como já comentei anteriormente, atualmente o que se espera dos Estados é que concentrem o mínimo possível de poder e que liberalizem ao máximo suas fronteiras nacionais, concepção que foi muito bem definida por Crozier (1992) no título de seu conhecido livro: “Estado modesto, Estado moderno”.

Porém, se toda esta abertura favorece ao ingresso de capitais, em contrapartida ela também estimula a livre circulação de cidadãos de distintas nacionalidades e o intercâmbio entre culturas, experiências e composições sociais diferentes, fato que inegavelmente interfere nos processos de mudança social e facilita a articulação de amplas redes de atores sociais⁵.

Aprofundando o que poderia chamar as conseqüências positivas da globalização, Habermas (1991;1995) sugere um tema que poderia ser

⁵ Isto me recorda, apenas para dar um exemplo, o destaque que alguns autores dão ao turismo como um fator importante para o processo de queda do franquismo e democratização do Estado espanhol, na medida em que as viagens propiciavam aos cidadãos espanhóis um contato com a experiência democrática de outros países europeus.

adequado para qualquer região num mundo em processo de globalização: o da construção de um Estado num contexto multicultural. Como explica o autor, a multiculturalidade representa uma nova perspectiva para a organização de um modelo de Estado moderno que historicamente esteve assentado na delimitação de um espaço geográfico bem definido, a territorialização como se costuma dizer, e na homogeneidade cultural. Esta perspectiva, que bem pode ser considerada como de construção de um Estado Multicultural, representa a possibilidade de uma nova organização da sociedade que extrapola as simples relações de mercado.

Contudo, um Estado Multicultural somente poderá ter êxito a partir da reconsideração da própria concepção de democracia. Assim como ocorreu com o Estado, as experiências democráticas até o momento, e com a exceção – em certa medida - do recente processo de construção da União Européia, estão restritas aos marcos nacionais e nacionalistas, e fomentam a noção de uma cidadania restrita a fronteiras bem definidas. Em outras palavras, quem é cidadão no seu país muda automaticamente de *status* ao cruzar as fronteiras e transforma-se num turista ou, no melhor dos casos, num *cidadão estrangeiro* no exato momento em que pisa num país diferente do seu.

A problematização sobre uma democracia que deve extrapolar as fronteiras nacionais é abordada com destaque por Held (1997), que utiliza o conceito de *democracia cosmopolita* para ilustrar a possibilidade de superar esta limitação. Segundo ele as bases para a construção deste modelo já estão presentes nos dias de hoje:

“O estabelecimento de um modelo cosmopolita de democracia tende a fortalecer a democracia ‘dentro’ das comunidades e as associações civis desde o lado de ‘fora’, por meio de uma rede de agências e assembléias regionais e internacionais que cruzam os âmbitos espacialmente reservados. O impulso a favor desta rede pode ser encontrado numa ampla gama de processos e forças sociais: o desenvolvimento de movimentos transnacionais básicos com claros objetivos regionais ou transnacionais, como a proteção dos recursos nacionais e o meio ambiente e a prevenção ou luta contra epidemias; a elaboração de novos direitos e obrigações legais relacionados com o ‘patrimônio comum da humanidade’, com a proteção dos ‘desamparados’, a defesa dos direitos humanos (...). Portanto, poderia-se afirmar que existe uma base política sobre a qual construir um futuro democrático mais sistemático.” (Held, 1997, p.283)

A idéia de desenvolver um modelo democrático que una cidadãos de várias nacionalidades e culturas diferentes é uma das perspectivas mais interessantes que poderíamos derivar do processo de globalização. Entretanto, esta também é uma das metas mais difíceis de alcançar-se, na medida que não só necessitaria a constituição de uma nova cultura política descentrada dos problemas nacionalistas, como também exigiria a reordenação da estrutura jurídica de cada país envolvido neste processo, provavelmente a redação de uma Constituição multinacional, com o fim de expandir os direitos e os deveres dos cidadãos.

Além das perspectivas multiculturais e cosmopolitas mencionadas, outra característica que sintetiza as possibilidades de um novo tipo de Estado relaciona-se com o tema da solidariedade.

Esta é uma das questões centrais que acompanham a ascensão do *terceiro setor* no cenário político internacional. A solidariedade com vítimas de violência política ou militar, de catástrofes ecológicas, da fome e da miséria extrema, etc., é atualmente uma importante referência em termos da organização da sociedade civil, principalmente nos países desenvolvidos e junto às camadas mais jovens de suas populações.

Num mundo globalizado no qual existe uma grande fluência de informações e diminuem as barreiras que separam os cidadãos do mundo⁶ há uma expansão do que é chamado de trabalho voluntário, quero dizer: o cumprimento de uma jornada de trabalho temporário, sem o fim de obtenção de qualquer rendimento econômico, junto a organizações vinculadas a questões sociais e humanitárias, mobilizando milhares de jovens nas mais diferentes partes do planeta.

O tema da solidariedade não é propriamente uma novidade no campo das ciências sociais. Mesmo com uma perspectiva diferente da utilizada contemporaneamente, é indispensável recordar que o conceito de solidariedade está presente nas próprias origens do moderno pensamento sociológico através de Durkheim, na medida em que na sua obra *Divisão do Trabalho Social* (1893) a solidariedade representa o elemento principal de diferenciação entre uma sociedade tradicional e uma sociedade moderna.

⁶ Sobre isso deve-se sublinhar que hoje a livre circulação dos cidadãos é basicamente uma via de mão única na medida em que beneficia principalmente os habitantes dos países desenvolvidos.

Para Durkheim a solidariedade cumpriria o papel de uma espécie de cimento da sociedade na medida em que garantiria a coesão de seus membros e a continuidade social. Conseqüentemente, na sua diferenciação entre tipos distintos de sociedade o autor argumenta que no caso de uma sociedade tradicional haveria o predomínio de uma **solidariedade mecânica** gerada pelo consenso em torno de convenções morais e hábitos culturais que uniriam o conjunto de seus membros e, de um modo diferente deste, numa sociedade moderna esta aglutinação seria criada por uma diferenciação extremada de papéis que acabaria por gerar uma maior interdependência, fenômeno que o autor denominou de **solidariedade orgânica**, numa referência ao organismo humano que somente pode vir a funcionar se cada órgão diferente cumpre sua função específica.

É interessante que mais de cem anos após a publicação da já citada obra novamente o tema da solidariedade ganhe um espaço privilegiado junto à sociedade civil e estudiosos das novas formas de mobilização social neste final de milênio. Em especial, se por um lado não seria apropriado reproduzir as noções de solidariedade orgânica e mecânica propostas por Durkheim, por outro lado é difícil não reconhecer que um novo tipo de diferenciação, desta vez não fomentada apenas pela divisão do trabalho mas pela radicalização das desigualdades sociais, acaba por gerar um redimensionamento do problema do solidarismo⁷.

Entretanto, este solidarismo ou solidariedade não pode ser confundido com outros tipos de ações comunitárias dirigidas por interesses filantrópicos ou caritativos. Como afirma Touraine (1998, p.3),

“Solidariedade não é a mesma coisa que ação humanitária. Esta quer ajudar os excluídos e os pobres a sobreviver, ao passo que a primeira tem por objetivo reintroduzi-los na sociedade, seja nos estritos limites das leis e das normas, seja por meio do amparo direto às famílias.”

⁷ Em relação a isto, é importante destacar que um dos reflexos mais positivos da crise do pensamento marxista mecanicista é um redescobrimto da obra de Durkheim e de outros autores clássicos que tradicionalmente foram renegados pelo pensamento esquerdista sob a tarja de conservadores ou reacionários. Sobre o citado autor, um interessante estudo que busca um redimensionamento da perspectiva política de sua obra encontra-se em: Giddens, 1997.

Nesta perspectiva, a solidariedade não pode ser identificada simplesmente com uma atitude de auxílio ao próximo, de amparo aos desamparados, mas desenvolve uma postura de *empatia* entre indivíduos e atores sociais que *a priori* não compartilham nem os mesmos códigos culturais nem habitam num mesmo espaço territorial. Este comportamento de associar experiências, de sentir-se no lugar do outro, está longe de ser uma relação entre ativos e passivos na medida em que representa a constituição de novos valores culturais e laços de integração entre os cidadãos e, conseqüentemente, enriquece a perspectiva de transformação das sociedades. Neste sentido, não deixa de ser tentador sugerir que hoje poderia estar se consolidando uma nova contraposição entre dois modelos de mudança social: um baseado no tradicional conceito de luta de classes e o outro na difusão de organizações e mobilizações solidárias.

Relacionando este tema da solidariedade com o da reforma do Estado, Souza Santos (1998) dá um passo adiante nas reflexões sobre a artilação entre as esferas da sociedade civil e da sociedade política.

Enfatizando a relação entre o *terceiro setor* e o Estado, o autor procura fugir da idealização fácil de ambas esferas na medida em que, apesar do terceiro setor em muitos casos representar uma inovação substancial na forma de organização das políticas sociais, também existem outros casos onde este é geralmente transformado num mero apêndice do Estado, uma forma de propagandear políticas sociais inexistentes por parte de governantes inescrupulosos e seus aliados.

Neste sentido, Souza Santos não fala do terceiro setor e do Estado como os conhecemos hoje, mas sugere uma reforma tanto por parte do primeiro quanto do segundo que aponte para a formação de um novo tipo de Estado - que o autor denomina polemicamente de *Estado novíssimo movimento social* - que enfatize sua capacidade solidária e participativa.

A idéia de implementar uma reforma de conteúdo da administração pública, presente nas proposições de Souza Santos, é estimulada pela noção de construir uma nova democracia - diferente do modelo liberal conservador - baseada na inter-relação entre povos e culturas distintas e na radicalização da participação da cidadania na gestão pública. E esta perspectiva recebe um impulso inestimável das experiências participativas vividas em várias cidades do mundo e, em especial nos caso recentes de Montevideú e Porto Alegre.

3. CIDADANIA E PODER LOCAL⁸

Na discussão sobre o novo papel das cidades frente à globalização um elemento central é a possibilidade de ocorrer uma dupla transição estrutural: primeiro, de um modelo conservador de gestão para um modelo participativo; segundo, de políticas centradas nos processos participativos em si (comissões, plebiscitos, etc.) para a impulsão de modelos alternativos de sociedade. Precisamente uma das grandes mudanças nas gestões municipais nos últimos anos é o que poderia chamar de surgimento de *mecanismos de poder local*, ou seja, a existência de um processo municipal ou regional a partir do qual não só há uma descentralização dos serviços públicos, mas, principalmente, ocorre um processo de ampliação da participação dos cidadãos nos processos de decisão político-administrativa, integrando atividades ligadas a políticas sociais, assim como políticas orçamentárias e a gestão do patrimônio público. É neste sentido que o fortalecimento do poder local não deve ser visto apenas como mais uma forma de gestão da cidade, já que a própria idéia de existência de um poder local direto dos cidadãos vai além disto, já que possibilita constituir um modelo de cidade diferente daquele gerado a partir da participação cidadã restrita a processos eleitorais.

Nesta perspectiva, se por um lado seria precipitado afirmar que as experiências das recentes gestões municipais em Montevideu e Porto Alegre já se constituem em novos modelos sociais, por outro lado, sim é pertinente considerar que ambas apontam para elementos que são centrais em qualquer discussão a respeito das alternativas ao capitalismo.

A esse respeito um primeiro elemento que se destaca refere-se à localização regional de Montevideu e Porto Alegre. Situadas no extremo sul da América Latina, ambas cidades têm uma localização geográfica estratégica no processo de constituição do *Mercosul* e representam, por sua proximidade, um espaço de articulação privilegiado não só em termos de intercâmbio comercial, como também nas esferas políticas, educacionais, etc.

Além disso, deve-se enfatizar que em ambas cidades, desde o final dos anos 80, inauguraram-se formas originais de gestão pública que apontaram para a ampliação da participação dos cidadãos na administra-

⁸ Nesta seção sintetizo com muita brevidade alguns dos dados da pesquisa que desenvolvo na atualidade. Ver: Gugliano, 1997b.

ção da cidade. No caso de Montevideu, esta proposta passou pela constituição de um processo ampliado de descentralização no qual, desde 1990, a cidade foi dividida em 18 zonas - com autonomia administrativa - que representavam 64 bairros da região urbana e rural. Em cada uma destas zonas foi criado um *Centro Comunal Zonal* que se estruturou a partir da articulação com as organizações comunitárias e sociais de sua região. Desde o final de 1993 esta estrutura evoluiu para a constituição de *Juntas Locales*, também chamadas de *Comisiones Delegadas*, que teriam a função de decidir e gerir as políticas municipais zonais definidas de acordo com planos quinquenais discutidos com a comunidade, e os *Consejos Vecinales*, no qual participariam representantes eleitos em cada região, que teriam a função de fiscalização, assessoramento e controle da gestão local.

Tratando-se de Porto Alegre, este processo passou pelo envolvimento dos cidadãos na discussão e definição da aplicação do orçamento municipal na cidade. Numa primeira etapa a cidade foi dividida em 16 regiões, não só vinculadas a uma dinâmica espacial mas aos espaços de organização da sociedade civil, onde realizaram-se reuniões para discutir e eleger representantes para um fórum municipal. Este processo foi complementado pela organização de plenárias temáticas: saúde e assistência social; transporte e circulação; educação, lazer e cultura; desenvolvimento econômico e tributação e, finalmente, organização da cidade e desenvolvimento urbano. A partir destas reuniões constituiu-se o *Conselho do Orçamento Participativo*, composto por representantes das discussões anteriormente mencionadas, da Prefeitura, do Sindicato dos Municipários e da União das Associações de Moradores de Porto Alegre, que teria as funções de discussão, fiscalização e deliberação sobre a arrecadação e os gastos municipais.

Sobre este processo é interessante salientar que a democratização da gestão destas cidades vem sendo acompanhada pelo êxito eleitoral dos partidos políticos que elaboraram e inicialmente executaram este projeto. No caso de Montevideu há pelo menos duas administrações repete-se a vitória do *Frente Amplio* e o mesmo acontece com o *Partido dos Trabalhadores* que, desde 1989, vem somando vitórias nas eleições municipais em Porto Alegre. Evidentemente isso não representa uma perspectiva de continuidade infinita da hegemonia destes partidos nestas cidades, mas representa um interessante quadro de consolidação das instituições democráticas a partir da ampliação da participação popular.

Além disso, destaca-se o fato de que num momento no qual as democracias ocidentais vem restringindo-se cada vez mais a meros referendos eleitorais, duas importantes cidades do Mercosul não apenas conseguiram implantar modelos bem sucedidos de gestão participativa como também vêm constituindo uma concepção alternativa de cidade que provavelmente extrapola simples resultados eleitorais. Em outras palavras, por mais que ocorram o que os politólogos chamam de “alternâncias no poder”, dificilmente ambas cidades poderão ser geridas no futuro sem o envolvimento de seus cidadãos na vida pública.

4. OS ASSISTENTES SOCIAIS E O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS CIDADES

Neste trabalho foi possível apontar a relação entre a globalização e as cidades assim como destacar o surgimento de modelos de gestão municipal inovadores que são um ponto de referência para a discussão atual sobre o capitalismo e a viabilidade das alternativas a este sistema. Agora, para concluir, creio que é interessante realizar algumas considerações sobre o papel dos assistentes sociais neste processo todo.

Como já foi dito por muitos, vivemos atualmente um processo de profundas mudanças na sociedade capitalista de mercado que afetam fundamentalmente as políticas sociais e a cidadania. Se anteriormente boa parte da discussão sobre a transformação social passava pelos setores organizados da sociedade - os **atores sociais** como difundiu-se na literatura especializada -, hoje o social vem sendo hegemonizado por um novo contingente de **não-atores sociais**; são aqueles também definidos como a “miséria social” (Bourdieu, 1998), os “desfiliados” (Castel, 1998), a “classe inferior” (Giddens, 1996), enfim, extensos segmentos que se encontram numa situação de extrema exclusão social, *sem-perspectivas* no interior do capitalismo. A existência destes setores, que na verdade são antigos no capitalismo mas que nunca se apresentaram em proporções tão significativas quanto hoje, por si só já representa um enorme desafio para aqueles que têm sua atividade vinculada às políticas sociais, entre eles os assistentes sociais. E este é um desafio no sentido positivo do termo, pois parece que muitas das funções já pensadas para a categoria, principalmente funções conservadoras como o

assistencialismo ou a administração técnico-burocrática, elaboradas devido à necessidade de integração de importantes segmentos ao sistema produtivo, já não têm mais razão de ser numa sociedade pautada pela radicalização da exclusão.

Sob esta ótica considero que a problemática que sugeri das perspectivas criadas pela possibilidade de democratização das cidades abre um campo extremamente fértil para repensar a intervenção social. A esse respeito gostaria de mencionar apenas dois aspectos que considero centrais. O primeiro destes aspectos refere-se à problemática da solidariedade, tema sobre o qual já me referi anteriormente e que vem sendo colocado num primeiro plano tanto a nível da sociedade civil quanto do Estado, e relacionando-se diretamente com o potencial de mobilização do conjunto da sociedade junto aos excluídos sociais. Se é verdade que estes movimentos solidários, e principalmente os estimulados por organismos estatais – como é o caso da *Comunidade Solidária* (Brasil) coordenada pela primeira-dama, Ruth Cardoso –, tendem a cumprir um papel simplesmente assistencialista, também é inegável que a solidariedade em si representa a possibilidade de constituir canais alternativos de organização social. Neste sentido, penso que a solidariedade poderia ser repensada sob a ótica dos assistentes sociais e a bagagem de discussões da categoria numa perspectiva da emancipação, rompendo com a noção simplesmente altruísta que predomina em alguns casos (Gutiérrez Resa, 1997). O segundo destes aspectos refere-se à perspectiva de auto-organização da sociedade. No caso de Montevideu e Porto Alegre já comentei a ampliação de canais de participação popular que foram estimulados, numa etapa inicial, principalmente pelo Estado municipal. Além destes, caberia mencionar a importância dos canais de organização criados pela própria sociedade civil que, mesmo relacionando-se com o Estado, mantém uma destacada autonomia. Estes, conhecidos atualmente por todos como o *terceiro setor*, também podem vir a constituir-se num elemento decisivo para a formação de um novo modelo social devido a que representam a possibilidade de autogestão de recursos e serviços por parte de segmentos desvinculados da perspectiva do mercado econômico. Aqui também é evidente que o terceiro setor em si não é uma solução para a crise social deste final de século, mas provavelmente é a possibilidade mais destacada de construção da cidadania junto àqueles setores que nem o Estado capitalista nem o mercado capitalista tem interesse em

reintegrar.

Para finalizar gostaria de acrescentar que os temas que mencionei neste breve texto deveriam fazer parte da agenda de discussões de todas as categorias que, de uma forma ou de outra lidam com a matéria das ciências humanas e sociais. E neste debate coloco especialmente o serviço social pois, devido à especificidade da prática cotidiana dos assistentes sociais, têm uma importante contribuição para o avanço de sistemas alternativos ao capitalismo.

5. À GUIA DE CONCLUSÃO

Neste texto procurei apontar alguns elementos que contribuem para a renovação do papel das cidades no processo de globalização e a abertura de significativos espaços no campo da ampliação da participação popular e da renovação dos alicerces básicos da teoria democrática.

De um modo geral este é um fenômeno novo que requer ainda muito estudo. Além disso é necessário dar ainda um tempo maior para o desenvolvimento das jovens novas democracias, como as que foram implantadas em Montevideú, Porto Alegre e em muitas outras cidades principalmente na América Latina e na Europa, e esperar que estas experiências não só se expandam para outras cidades e regiões mas que também se ampliem, incorporando um número cada vez maior de cidadãos.

Esta é sem dúvida, depois da queda do socialismo oficial iniciada em 1989, a mais interessante experiência de formulação e execução, nos marcos de um regime político democrático, de um modelo de gestão administrativo alternativo ao legado liberal conservador e vem abrir amplos horizontes para a construção de uma nova alternativa ao capitalismo. Quiçá não uma alternativa revolucionária tradicional, como queriam muitos, mas um novo tipo de *revolução silenciosa* no qual desde o início os cidadãos aprendam a governar seus próprios destinos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORJA, Jordi et CASTELLS, Manuel. (1997): *Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madri, Taurus.

- BOURDIEU, Pierre. coord. (1998): *A miséria social*. Rio de Janeiro, Vozes.
- CASTEL, Robert. (1998): *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Rio de Janeiro, Vozes.
- CROZIER, Michel. (1992): *Estado moderno, Estado modesto: estratégia para el cambio*. México, Fondo de Cultura Económica.
- GIDDENS, Anthony. (1996): *Más allá de la izquierda y de la derecha. El futuro de las políticas radicales*. Madrid, Cátedra.
- GIDDENS, Anthony. (1997): *Política, sociología e teoría social. Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo, Unesp.
- GUGLIANO, Alfredo Alejandro. "Globalização e Mercosul". *Sociedade em Debate*, v.3, n.3 (8), set./1997a.
- _____. "Democracia e Participação. A experiência das gestões participativas em Montevideu e Porto Alegre numa perspectiva comparada". Pelotas, UCPel, 1997b (Projeto de Pesquisa).
- _____. "Democracia, desarrollo y globalización en la periferia del capitalismo. Una contribución a la discusión". Ponencia apresentada no VI Congresso Espanhol de Sociología. La Coruña, 23 de setembro de 1998.
- GUTIÉRREZ RESA, Antonio. "Los trabajadores sociales: gestores o servidores de la solidaridad? *Cuadernos de Trabajo Social*, n.9, 1996.
- HABERMAS, Jürgen. "O Estado-Nação Europeu frente aos desafios da globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania". *Novos Estudos Cebrap*, n.43, nov./1995
- HABERMAS, Jürgen. (1991): *Ciudadania e identidad nacional. Reflexiones sobre el futuro europeo*. Texto original da conferência proferida no Instituto de Filosofia da Universidad Complutense. Madri, 4 de outubro de 1991.
- HARVEY, David. "Espaços urbanos na 'aldeia global': reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX". *Cadernos de Arquitetura Urbana*, n.4, maio/1996.
- HELD, David. (1997): *La democracia y el orden global. Del Estado moderno al gobierno cosmopolita*. Madrid, Paidós.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. *A reinvenção solidária e participativa do Estado*. "Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado", Brasília, jan. de 1998.
- TOURAINÉ, Alain. "O pacto humanitário. Solidariedade e a ação pública devem agir em conjunto para combater a miséria". Folha de São Paulo, *Caderno Mais*, 3 de maio de 1998, p. 3.